



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - GESTÃO

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

JAILSON JOSÉ QUIUQUI

Prefeito Municipal no exercício de 2021

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município

OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO
SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca/ES

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca

Gestor responsável: Jailson José Quiuqui

Exercício: 2021

1. RELATÓRIO

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCEES 68/2020, e o disposto no que preconiza os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno – RELUCI, sobre as contas do exercício financeiro de 2021 da Unidade Gestora – Prefeitura Municipal de Águia Branca.

O presente relatório compõe a opinião acerca da Prestação de Contas Anual da Unidade Gestora – Prefeitura Municipal de Águia Branca, sob responsabilidade do Ordenador de Despesa, Exmo. Jailson José Quiuqui, o qual respondeu pelo Poder Executivo Municipal no exercício de 2021, conforme estabelece a Instrução Normativa 68/2020 e suas alterações do TCEES.

Desta forma, em cumprimento a Instrução Normativa Interna nº 04/2014, que trata das normas relativas à elaboração de Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, referente ao exercício financeiro 2021, a Unidade Gestora encaminhou a esta Controladoria Geral, em 21/03/2022, as peças contábeis da Prestação de Contas Anual para análise.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe no artigo 74 da Constituição Federal de 1988¹, em conjunto com o descrito no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

¹ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (...) IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

TABELA REFERENCIAL 1 – INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2020 DO TCEES

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA

1.2 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 1.2.2 – Pagamento das obrigações previdenciárias – parte patronal						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatório de Auditoria do Processo nº 4621/2021 – parte patronal RPPS Balancete da Despesa Orçamentária - BALEXOD Folha de Pagamento dos servidores – parte patronal RGPS Listagem de Pagamentos disponível no Portal da Transparência	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/02, art. 79 RPPS RGPS	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal RPPS e o RGPS, exercício de 2021: RPPS= R\$ 1.723.539,92 RGPS=R\$ 1.091.473,26 Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte patronal, repassados ao RPPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ação de Auditoria 003/2021 do PAAI 2021 – Auditoria Governamental de Conformidade

Objetivo de auditoria: Pagamento das Obrigações previdenciárias – parte patronal do RPPS

Equipe de Auditoria: Fabiane Dallafina Matosak Guaresqui e Menara Scaldaferro Rodrigues

Prazo: 31 de dezembro de 2021

Regime de Competência: Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Patronal, realizados ao ABPREV pela Prefeitura Municipal de Águia Branca

Mês de Referência	Data de Vencimento	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	12.02.2021	12.02.2021	R\$157.841,39	SIM
Fevereiro/2021	12.03.2021	12.03.2021	R\$144.547,48	SIM
Março/2021	16.04.2021	15.04.2021	R\$142.318,31	SIM
Abril/2021	14.05.2021	14.05.2021	R\$143.641,32	SIM
Maio/2021	16.06.2021	15.06.2021	R\$153.293,34	SIM
Junho/2021	14.07.2021	14.07.2021	R\$146.235,42	SIM
Julho/2021	13.08.2021	13.08.2021	R\$137.554,20	SIM
Agosto/2021	15.09.2021	15.09.2021	R\$140.268,64	SIM
Setembro/2021	15.10.2021	15.10.2021	R\$136.092,96	SIM
Outubro/2021	16.11.2021	16.11.2021	R\$142.057,79	SIM
Novembro/2021	14.12.2021	10.12.2021	R\$138.940,98	SIM
Dezembro/2021	14.01.2022	30.12.2021	R\$140.748,09	SIM
TOTAL			R\$ 1.723.539,92	

*Fonte: Listagem de Pagamentos ao RPPS. Processo de Auditoria nº 4621/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Regime de Competência: Regime Geral de Previdência Social

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Patronal, realizados ao INSS

Mês de Referência	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	19.02.2021	65.408,18	SIM
Fevereiro/2021	18.03.2021	63.018,20	SIM
Março/2021	20.04.2021	68.194,01	SIM
Abril/2021	20.05.2021	140.953,42	SIM
Maio/2021	18.06.2021	69.394,05	SIM
Junho/2021	20.07.2021	70.472,42	SIM
Julho/2021	13.08.2021	75.853,81	SIM
Agosto/2021	20.09.2021	81.765,05	SIM
Setembro/2021	20.10.2021	91.496,10	SIM
Outubro/2021	19.11.2021	99.653,96	SIM
Novembro/2021	10.12.2021 e 13.12.2021	96.517,10	SIM
Dezembro/2021	30.12.2021	99.591,86	SIM
13º salário	17.12.2021	69.155,10	
TOTAL		R\$ 1.091.473,26	

*Fonte: Listagem de Pagamentos ao INSS

Conclui-se pela análise dos documentos da Prestação de Contas Anual em conjunto com o Relatório de Auditoria do Processo nº 4621/2021, que a Unidade Gestora realizou de forma tempestiva os pagamentos referentes às contribuições previdenciárias patronais referentes ao RPPS e ao RGPS.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.4 – Retenção/Repasse de obrigações previdenciárias – parte servidor

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias-parte servidor	Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE Listagem de Arrecadação de Receitas do Instituto de Previdência no período de 01.01.2021 a 31.12.2021	CF/88, art.40. LRF, art.69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal nº 523/2002	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RPPS e RGPS no exercício de 2021: RPPS= R\$ 702.666,46 RGPS= R\$ 441.568,31 Período analisado: 12 meses	100% do Valor Total de Contribuições previdenciárias – parte servidor RPPS e RGPS no exercício de 2021 Período analisado: 12 meses

Regime de Competência: Regime Próprio de Previdência Social

Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Servidor, realizados ao ABPREV pela Prefeitura Municipal de Águia Branca

Mês de Referência	Data de Vencimento	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	12.02.2021	12.02.2021	R\$ 64.350,04	SIM
Fevereiro/2021	12.03.2021	12.03.2021	R\$ 58.930,25	SIM
Março/2021	16.04.2021	15.04.2021	R\$ 58.021,48	SIM
Abril/2021	14.05.2021	14.05.2021	R\$ 58.560,85	SIM
Maio/2021	16.06.2021	15.06.2021	R\$ 62.495,84	SIM
Junho/2021	14.07.2021	14.07.2021	R\$ 59.618,43	SIM
Julho/2021	13.08.2021	13.08.2021	R\$ 56.079,19	SIM



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Agosto/2021	15.09.2021	15.09.2021	R\$ 57.185,83	SIM
Setembro/2021	15.10.2021	15.10.2021	R\$ 55.483,47	SIM
Outubro/2021	16.11.2021	16.11.2021	R\$ 57.915,24	SIM
Novembro/2021	14.12.2021	10.12.2021	R\$ 56.644,57	SIM
Dezembro/2021	14.01.2022	30.12.2021	R\$ 57.381,27	SIM
TOTAL			R\$ 702.666,46	

*Fonte: DEMCSE

Regime de Competência: Regime Geral de Previdência Social
Pagamentos das Contribuições Previdenciárias – Parte Servidor, realizados ao INSS

Mês de Referência	Data de Pagamento	Valor	Tempestivo
Janeiro/2021	19.02.2021	24.713,86	SIM
Fevereiro/2021	18.03.2021	26.537,70	SIM
Março/2021	20.04.2021	28.409,99	SIM
Abril/2021	20.05.2021	29.559,94	SIM
Maio/2021	18.06.2021	30.326,13	SIM
Junho/2021	20.07.2021	31.062,89	SIM
Julho/2021	13.08.2021	33.926,39	SIM
Agosto/2021	20.09.2021	37.096,91	SIM
Setembro/2021	20.10.2021	39.657,91	SIM
Outubro/2021	19.11.2021	43.405,89	SIM
Novembro/2021	10.12.2021 e 13.12.2021	43.645,84	SIM
Dezembro/2021	30.12.2021	43.055,21	SIM
13º salário	17.12.2021	30.169,65	
TOTAL		R\$ 441.568,31	

*Fonte: DEMCSE

Consoante análise do Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE, a Unidade Gestora realizou a retenção das contribuições previdenciárias, efetivou tempestivamente o devido repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor ao Instituto de Previdência – ÁGUA BRANCA PREV e ao INSS.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.5 – Parcelamento de débitos previdenciários

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Declaração de repasse das obrigações previdenciárias - DELREP Listagem de Arrecadação de Receitas do Instituto de Previdência no período de 01.01.2021 a 31.12.2021	CF/88, art.40. LRF, art .69. Lei 9.717/1998, art.1º. Lei 8.212/1991 Lei Municipal 523/2002 RPPS	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários; a)estão sendo registrados como passivo da entidade; b)estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c)se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo o ente devedor e como ativo no RPPS; d)se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e)se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Todos os repasses de contribuições previdenciárias – Parte Patronal e Parte Servidor – foram repassadas ao RPPS no exercício de 2021, não constando débitos previdenciários. Período analisado: 12 meses	Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.2.8 – Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.8	Medidas de Cobrança- Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Declaração de repasse das obrigações previdenciárias - DELREP Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores - DEMCSE Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD Listagem de Pagamentos ao INSS e ao RPPS	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Valor Total das Contribuições previdenciárias Parte patronal e servidor sob o Regime de Competência do RPPS e RGPS: R\$ 3.959.247,95 Valores Recolhidos e pagos ao RPPS no exercício de 2021: R\$ 2.426.206,38 Valores Recolhidos e pagos ao RGPS no exercício de 2021: R\$ 1.533.041,57 Período analisado: 12 meses Conforme análise, todas as contribuições foram recolhidas, e não há objeto de cobrança ou parcelamento.	Valores Recolhidos e pagos ao RPPS e RGPS no exercício de 2021: Janeiro: R\$ 312.313,47 Fevereiro: R\$ 293.033,63 Março: R\$ 296.943,79 Abril: R\$ 372.715,53 Maió: R\$ 315.509,36 Junho: R\$ 307.389,16 Julho: R\$ 303.413,59 Agosto: R\$ 316.316,43 Setembro: R\$ 322.730,44 Outubro: R\$ 343.032,88 Novembro: R\$ 337.748,49 Dezembro: R\$ 340.776,43 13º salário: R\$ 99.324,75 Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Conforme análise extraída do Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE, do Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD, da Declaração de repasse das obrigações previdenciárias – DELREP e da Listagem de Pagamentos ao INSS e ao RPPS, através da amostra de Recolhimento Previdenciário Anual, todos os encargos de contribuições previdenciárias foram recolhidos mensalmente, constatando-se assim a inexistência de dívidas previdenciárias pela Unidade Gestora.

1.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 1.3.1 – Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial – BALPAT; Inventário de Bens Móveis – INVMOV; Inventário de Bens imóveis – INVIMO; Inventário de Bens Intangíveis – INVINT Termo de Inventário de Bens Móveis – TERMOV Termo de Inventário de Bens Imóveis - TERIMO	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Saldo de valores da classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT são idênticos ao saldo total dos valores atualizados constante do Inventário Anual de bens móveis – INVMOV e Inventário Anual de bens imóveis – INVIMO	Período Analisado: 12 meses Valor total dos Bens Móveis: R\$ 13.730.058,43 Valor total dos Bens Imóveis: R\$ 45.486.940,70



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Consoante os dispositivos legais previstos no art. 37, caput da Constituição Federal c/c artigos 94 a 96 da Lei 4.320/1964 verificou-se, pela avaliação das demonstrações contábeis contidas no Balanço Patrimonial – BALPAT, que os valores especificados dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante são idênticos, respectivamente, ao saldo total contábil constante do Inventário Anual de bens móveis – INVMOV e do Inventário de Bens Imóveis – INVIMO. Registra-se que a Unidade Gestora, não possui bens intangíveis.

Ponto de Controle 1.3.3 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	Balanço Patrimonial – BALPAT Extrato Bancário em 31/12/2021 Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 12.405-8-A 12.671-3-A 12.852-X-A 18.211-7-A 27.227-2-A 31.052-2-A 34.241-6-A 35.667-0-A 35.949-1-A 40.390-3-A 40.393-8-A	100% SALDO DAS CONTAS Total: R\$ 14.478.980,45 Período analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					40.395-4-A Agência 0806-0 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 33.110.4-A 33.113.9-A 33.116.3-A 33.122.8-A 35.460.0-A 38.151.9-A 38.152.7-A 38.156.X-A 38.259.0-A 38.528.X-A 38.815.7-A 40.080.7-A BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 27.320.373-A 27.405.836-A 27.405.893-A 30.629.943-A 31.095.243-A 33.734.997-A 33.885.161-A 6.439.400-A Agência 0180 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO)	
--	--	--	--	--	---	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					10.936.052-A 11.670.320-A 11.797.404-A 22.447.296-A 22.447.338-A 22.626.153-A 23.931.942-A 26.567.164-A 3.407.723-A 30.948.616.C-A 31.995.194-A 33.874.140-A 34.100.537-A 6.144.752-A 8.104.457-A 9.591.520-A BANCO BANESTES DEPÓSITOS E CAUÇÕES: 9.042.169-A	
--	--	--	--	--	---	--

Analisando o Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP, em confronto com os extratos bancários e o Balanço patrimonial – BALPAT, verifica-se que as disponibilidades financeiras foram depositas em instituições financeiras oficiais.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.3.4 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	Termo de Verificação de Disponibilidade - TVDISP; Extrato bancário em 31/12/2021 - EXTBAN Balanço Financeiro - BALFIN; Balanço Patrimonial - BALPAT; Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFCA	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 12.405-8-A 12.671-3-A 12.852-X-A 18.211-7-A 27.227-2-A 31.052-2-A 34.241-6-A 35.667-0-A 35.949-1-A 40.390-3-A 40.393-8-A 40.395-4-A Agência 0806-0 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 33.110.4-A 33.113.9-A 33.116.3-A 33.122.8-A 35.460.0-A 38.151.9-A 38.152.7-A 38.156.X-A 38.259.0-A 38.528.X-A	BANCO DO BRASIL: Agência 0806-0 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 12.405-8-A: R\$ 282.997,33 12.671-3-A: R\$ 131.372,32 12.852-X-A: R\$ 8.319,41 18.211-7-A: R\$ 645,13 27.227-2-A: R\$ 817,47 283.141-4-A: R\$ 3.008,57 31.052-2-A: R\$ 7.975,66 34.241-6-A: R\$ 2.687,47 35.667-0-A: R\$ 14.057,13 35.949-1-A: R\$ 4.072,18 40.390-3-A: R\$ 232.835,62 40.393-8-A: R\$ 21,06 40.395-4-A: R\$ 386.938,52 Agência 0806-0 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 33.110.4-A: R\$ 2.529,15 33.113.9-A: R\$ 56.437,51 33.116.3-A: R\$ 2.656,62 33.122.8-A: R\$ 9.163,01 35.460.0-A: R\$ 844,88 38.151.9-A: R\$ 3.463,80 38.152.7-A: R\$ 28.439,88



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				38.815.7-A 40.080.7-A BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 27.320.373-A 27.405.836-A 27.405.893-A 30.629.943-A 31.095.243-A 33.734.997-A 33.885.161-A 6.439.400-A Agência 0180 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 10.936.052-A 11.670.320-A 11.797.404-A 22.447.296-A 22.447.338-A 22.626.153-A 23.931.942-A 26.567.164-A 3.407.723-A 30.948.616.C-A 31.995.194-A 33.874.140-A 34.100.537-A 6.144.752-A 8.104.457-A 9.591.520-A	38.156.X-A: R\$ 182,68 38.259.0-A: R\$102.201,82 38.528.X-A: R\$ 47.151,08 38.815.7-A: R\$ 49.217,36 40.080.7-A: R\$ 203.775,97 BANCO BANESTES: Agência 0180 Contas Bancárias: (BANCO CONTA MOVIMENTO) 27.320.373-A: R\$ 284.269,45 27.405.836-A: R\$ 2.330,38 27.405.893-A: R\$ 21,10 30.629.943-A: R\$ 494.822,16 31.095.243-A: R\$ 7.290,91 33.734.997-A: R\$ 3.919.886,99 33.885.161-A: R\$ 297.919,20 6.439.400-A: R\$8.035,06 Agência 0180 Contas Bancárias: (FUNDO DE INVESTIMENTO) 10.936.052-A: R\$ 17.180,27 11.670.320-A: R\$ 331.863,44 11.797.404-A: R\$7.250,49 22.447.296-A: R\$ 22.911,70 22.447.338-A: R\$ 3.217,38 22.626.153-A: R\$ 871.677,05 23.931.942-A: R\$ 182.758,85 26.567.164-A: R\$ 51.321,04 3.407.723-A: R\$ 90.971,19 30.948.616.C-A: R\$ 458.348,51 31.995.194-A: R\$ 999.231,91 33.874.140-A: R\$ 70.845,23
--	--	--	--	---	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					BANCO BANESTES DEPÓSITOS E CAUÇÕES: 9.042.169-A As demonstrações contábeis, quais sejam, Termo de Verificação de Disponibilidades, Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro, em confronto com os Extratos bancários, evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e de aplicações financeiras.	34.100.537-A: R\$ 246.419,35 6.144.752-A: R\$ 34.574,84 8.104.457-A: R\$ 5.324,03 9.591.520-A: R\$ 4.475.788,49 BANCO BANESTES DEPÓSITOS E CAUÇÕES: 9.042.169-A: R\$ 12.909,79 Total: R\$ 14.478.980,45
--	--	--	--	--	--	---

Consoante a conciliação dos registros constantes dos extratos bancários no encerramento do exercício financeiro de 2021, com o Balanço Patrimonial – BALPAT, Balanço Financeiro – BALFIN, Demonstração do Fluxo de Caixa – DEMFCA, e Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP, verifica-se que as demonstrações contábeis refletem adequadamente os saldos constantes dos extratos bancários.

Ponto de Controle 1.3.5 – Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários conciliação do demonstrativo com as demonstrações	Demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária - DEMDAT Balancete de	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores	Conforme evidenciado no Balancete de Verificação – BALVER e no Demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária – DEMDAT, as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA: Valor Atual em Dívida Ativa Tributária: R\$651.412,10 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$690.447,11



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	contábeis	Verificação – BALVER Balanço Patrimonial – BALPAT		inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	valores inscritos em dívida ativa tributária. O Município de Águia Branca não possui dívida ativa não tributária.	Movimentação de Dívida Ativa Tributária em 2020: - Acréscimo de Débito R\$168.517,90 - Acréscimo de Crédito R\$ 132.713,64 - Descontos R\$ 69.464,29 - Cancelamentos: R\$ 5.374,98 DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA: A Unidade Gestora não possui dívida ativa não tributária.
--	-----------	---	--	---	--	---

Segundo análise do Demonstrativo da dívida ativa tributária e não tributária – DEMDAT em confronto com as demonstrações contábeis constante do Balanço de Verificação – BALVER e Balanço Patrimonial – BALPAT, estas evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária.

Contudo, consoante a averiguação do Balanço de Verificação – BALVER e Balanço Patrimonial – BALPAT, constatou-se que a Unidade Gestora não possui dívida ativa não tributária.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.3.6 – Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDATA Lei Municipal nº 1.653/2021 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1653-2021-1634732885.pdf Decreto nº 9.609/2021 (ANEXO) Decreto nº 9.748/2022 (ANEXO)	LC 101/2000, art. 11	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários do ente da federação	Conforme evidenciado no Quadro Auxiliar ao Demonstrativo da Dívida Ativa – DEMDATA, no período de Janeiro à Dezembro/2021, não foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação. No tocante a movimentação da dívida tributária, verificou-se diminuição da Dívida Ativa Tributária em R\$39.035,01 Contudo, consoante análise dos demonstrativos DEMDAT, verifica-se que a queda da Dívida Ativa tributária se deu pela movimentação da Renúncia de Receita realizada pelo Município através da Lei nº 1.653/2021 – Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021.	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA: Valor Atual em Dívida Ativa Tributária: R\$651.412,10 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$690.447,11 Diminuição da Dívida Ativa Tributária em R\$39.035,01 Denota-se que não foi realizado no exercício de 2021 a cobrança de dívida ativa extrajudicial e judicial. Conforme evidenciado pela Lei 1.653/2021 – A Prefeitura Municipal de Águia Branca estabeleceu Programa de Recuperação de Créditos tributários realizado no período de 15/09/2021 a 31/12/2021 – REFIS 2021. Além disso, foi estabelecido prorrogação do prazo descrito na Lei Municipal até o dia 30/04/2021, através dos Decretos nº 9.609/2021 e Decreto nº 9.748/2022.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2. ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.2 Gestão Fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 2.2.28 – Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	<p>CRONOS – Decreto nº 9.285/2021 – Instrução Normativa SFI 02/2021, de 17.03.2021</p> <p>JUSTCRO – Justificativas de ordem Cronológicas http://aguia-branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=76</p> <p>Listagem de Liquidação e pagamentos da Prefeitura Municipal de Águia Branca</p>	Lei 8.666/1993, arts.5º e 92, c/c CRFB/88, art.37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	<p>Decreto nº 9.285/2021 – Instrução Normativa SFI 02/2021, de 17.03.2021</p> <p>Listagem de Liquidação e pagamentos da Prefeitura Municipal de Águia Branca, nos meses de junho, setembro e dezembro de 2021.</p> <p>Decretos Municipais justificando quebra de ordem cronológica de pagamentos nos 03 meses analisados: Decreto nº 9.489/2021 – 08.09.2021 Decreto nº 9.490/2021 – 08.09.2021 Decreto nº 9.514/2021 – 23.09.2021</p> <p>Soma da quantidade pagamentos realizados nos 03 (três) meses analisados: 2.661 pagamentos</p>	<p>Período analisado: 03 meses (junho, setembro e dezembro de 2021)</p> <p>Quantidade de justificativas de quebra da ordem cronológica nesses 03 meses: 03 justificativas</p> <p>Em análise da Listagem de Liquidação e Pagamentos da Prefeitura Municipal de Águia Branca em conciliação com a Justificativa de Ordem Cronológicas - JUSTCRO, consoante a amostra selecionada e o procedimento adotado do confronto do número da Liquidação com a data do pagamento, assegura-se que os pagamentos realizados por fonte de recurso no exercício de 2021, seguiram a estrita ordem cronológicas de suas exigibilidades.</p> <p>Denota-se que as quebras de ordem cronológicas foram devidamente justificativas e publicadas no Portal da Transparência, em conformidade com a Instrução Normativa SFI 02/2021, de 17.03.2021.</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 2.3.2 – Dívida pública – precatórios - pagamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.3.2	Dívida Pública – precatórios - pagamento	Balanço Patrimonial – BALPAT Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Anexo 06 Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 02	CRFB/88, art.100 c/c Lei 4.320/64, art.67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Conforme análise do Balanço Patrimonial – BALPAT, Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, e Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2021, a Prefeitura Municipal de Águia Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento. Período analisado: 12 meses	Período analisado: 12 meses.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle 2.4.3 – Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.3	Dívida pública originalmente superior ao limite redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2021 – Anexo II RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2021 (Anexo 03)	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, Inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, em confronto com a Receita Corrente Líquida constante do RREO, denota-se que o Município de Águia Branca não excedeu os limites da dívida pública estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal. Período analisado: 12 meses	Receita Corrente Líquida (RCL): R\$ 45.264.600,47 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: R\$15.731.073,65 Limite Máximo permitido: R\$ 54.317.520,56

Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal – RGF em conjunto com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, verificou-se que o Município de Águia Branca não excedeu os limites da dívida pública, estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.5 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 2.5.7 – Servidores Cedidos						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.7	Servidores cedidos	DELCEDI – Declaração de servidores cedidos.	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Conforme evidenciado no arquivo DELCEDI, a Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Saúde não possui servidores cedidos a outros entes. Período analisado: 12 meses.	Período analisado: 12 meses.

Considerando informação constante na Declaração do Ordenador de Despesa, a Unidade Gestora, não possui servidores cedidos a outros entes.

Ponto de Controle 2.5.10 – Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização legal						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização legal	Declaração de Repasse integral das contribuições previdenciárias - DELREP	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Conforme evidenciado nos arquivos DELREP, DEMCSE, BALEXOD, e na Listagem de Pagamentos ao INSS e ao RPPS, a Unidade gestora não apresenta débitos	Período Analisado: 12 meses



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Demonstrativo Previdenciário Mensal de contribuição dos servidores – DEMCSE Balancete da Despesa Orçamentária – BALEXOD Listagem de Pagamentos ao INSS e ao RPPS	02/2009, art. 36, §1º.		previdenciários, não sendo necessária autorização legal para parcelamento.	
--	--	--	------------------------	--	--	--

Ponto de Controle 2.5.22 – Contabilização da amortização do déficit atuarial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Balancete de Verificação - BALVER	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Conforme evidenciado no BALVER – Balancete de verificação, há ocorrência da correta contabilização do repasse das amortizações de déficit atuarial ao RPPS, bem como o reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Elementos de despesa: 211200000000 – Benefícios Previdenciários a pagar 211220000000 - Benefícios Previdenciários a pagar Intra OFSS 211220700000 – Aporte para cobertura de déficit atuarial a pagar Período analisado: 12 meses.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Segundo consta no Balancete Contábil de Verificação – BALVER, constatou-se a correta contabilização dos repasses das amortizações de déficit atuarial ao RPPS pela Unidade Gestora, bem como o reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e da Portaria MPS 403/2008.

2.6 Demais atos de gestão

Ponto de Controle 2.6.3 – Pessoal – contratação por tempo determinado						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Lei Ordinária Municipal nº 1.554/2019 http://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1554-2019-1575894433.pdf	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Em análise a legislação municipal em confronto com as contratações realizadas, evidencia-se o atendimento da necessidade temporária e excepcional de interesse público nas contratações realizadas no exercício de 2021.	Contratações por tempo determinado da Prefeitura Municipal de Águia Branca, conforme Lei Municipal nº 1.554/2019. Vigência da Lei – 12 meses/ prorrogável por igual período – Art.1º §2º da Lei nº Municipal nº 1.554/2019.

Em análise a Lei Municipal nº 1554/2019 prorrogado pelo Decreto nº 9.169/2021, que instituiu a contratação emergencial e por tempo determinado de servidores públicos sob o regime jurídico administrativo especial para o exercício das atividades junto à administração municipal, verifica-se o atendimento ao critério de necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação

Após verificação dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual do exercício de 2021, e demais itens que foram objeto de Auditoria no exercício de 2021, não foram constatados ACHADOS, de modo que não se fizeram necessárias a emissão de Orientações Técnico-Jurídicas a Unidade Gestora.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual da Unidade Gestora – Prefeitura Municipal de Águia Branca elaborada sob a responsabilidade do Ordenador de Despesa Exmo. Sr. Jailson José Quiuqui, Chefe do Poder Executivo como Prefeito Municipal no exercício de 2021.

Em nossa opinião, tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no **item 1.1** desta manifestação, previstos na IN 68/2020 do TCEES, e os documentos componentes da Prestação de Contas Anual, apresentados a esta Unidade Central de Controle Interno, a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR**.

No tocante as razões que levaram a abstenção do Controle Interno da análise de alguns itens da IN 68/2020 do TCEES, depreende-se que, a alta demanda encaminhada por outros órgãos de controle externo, aliado a insuficiência de carga horária da única servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, formada em Ciências Contábeis que possui carga horária semanal de 20 (vinte) horas para atendimento da demanda de 04 (quatro) unidades gestoras, prejudicou o alcance de forma efetiva dos pontos de análise contábil, descritos na IN 68/2020 do TCEES.

Águia Branca/ES, 28 de março de 2022.

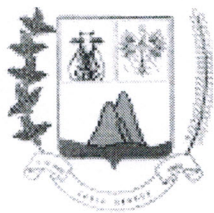
MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES

Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

ANEXO



PREFEITURA DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETO Nº 9.609/2021

ALTERA O PRAZO LIMITE PARA A FORMALIZAÇÃO DO REQUERIMENTO DE INGRESSO NO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL – “QUITE SEU DÉBITO” – INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL 1.653/2021.

CONSIDERANDO que, a princípio, a formalização do requerimento do ingresso no Programa de Recuperação de Créditos Tributários de Competência Municipal, denominado “Quite Seu Débito” compreenderia o período de 15 de outubro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, conforme previsto no artigo 1º, § 2º, da Lei 1.653/2021;

CONSIDERANDO a possibilidade de alteração do prazo limite para a formalização do requerimento de ingresso no Programa, conforme disposição do artigo 2º, § 3º, da Lei 1.653/2021;

CONSIDERANDO a pandemia causada pelo novo coronavírus que ceifou centenas de milhares de vidas no Brasil, decretou uma série de restrições sanitárias e levou o país a uma crise econômica sem precedentes;

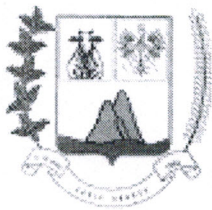
CONSIDERANDO que, conquanto foram empreendidas campanhas publicitárias para estimular a adesão ao projeto, grande parte da população só teve conhecimento e aderiu ao Programa no mês de dezembro do ano de 2021;

CONSIDERANDO estarem devidamente justificadas as razões para a prorrogação do prazo limite para a formalização do requerimento do ingresso no Programa de Recuperação de Créditos Tributários de Competência Municipal, denominado “Quite Seu Débito”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Altera o prazo limite para a formalização do requerimento do ingresso no Programa de Recuperação de Créditos Tributários de Competência Municipal, denominado “Quite Seu Débito”, para o período compreendido entre 15 de outubro de 2021 a 31 de março de 2022.



PREFEITURA DE ÁGUA BRANCA

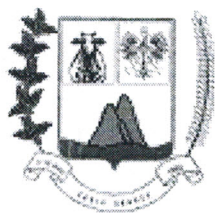
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 2 °. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, Estado do Espírito Santo,
em 29 de dezembro de 2021.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE ÁGUIA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETO Nº 9.748/2022

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 9.609/2022 QUE ALTERA O PRAZO LIMITE PARA A FORMALIZAÇÃO DO REQUERIMENTO DE INGRESSO NO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL – “QUITE SEU DÉBITO” – INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL 1.653/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que, a princípio, a formalização do requerimento do ingresso no Programa de Recuperação de Créditos Tributários de Competência Municipal, denominado “Quite Seu Débito” compreenderia o período de 15 de outubro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, conforme previsto no artigo 1º, § 2º, da Lei 1.653/2021;

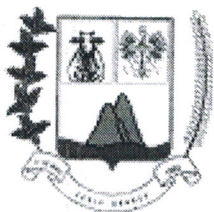
CONSIDERANDO a possibilidade de alteração do prazo limite para a formalização do requerimento de ingresso no Programa, conforme disposição do artigo 2º, § 3º, da Lei 1.653/2021;

CONSIDERANDO a pandemia causada pelo novo coronavírus que ceifou centenas de milhares de vidas no Brasil, decretou uma série de restrições sanitárias e levou o país a uma crise econômica sem precedentes;

CONSIDERANDO que, conquanto foram empreendidas campanhas publicitárias para estimular a adesão ao projeto, grande parte da população só teve conhecimento e aderiu ao Programa no mês de dezembro do ano de 2021;

CONSIDERANDO estarem devidamente justificadas as razões para a prorrogação do prazo limite para a formalização do requerimento do ingresso no Programa de Recuperação de Créditos Tributários de Competência Municipal, denominado “Quite Seu Débito”.

CONSIDERANDO que o decreto municipal nº 9.609/2022 alterou o prazo limite para efetuação de ingresso no Programa de Recuperação de Créditos Tributários de Competência Municipal, denominado “Quite Seu Débito”.



PREFEITURA DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do decreto municipal nº 9.609/2021 que altera o prazo limite para a formalização do requerimento de ingresso no programa de recuperação de créditos tributários de competência municipal – “quite seu débito” – instituído pela lei municipal 1.653/2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“ Art. 1º. Fica alterado o prazo limite para a formalização do requerimento do ingresso no Programa de Recuperação de Créditos Tributários de Competência Municipal, denominado “Quite Seu Débito”, para o período compreendido entre 15 de outubro de 2021 a 30 de abril de 2022.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, Estado do Espírito Santo,
em 25 de março de 2022.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal